

MOVIMENTO EM REDE E PROTESTOS NO BRASIL
Qual gigante acordou?
MOVEMENTS THROUGH NET AND PROTESTS IN BRAZIL
Which giant woke up?

Gustavo Cardoso¹
Branco Di Fátima²

Resumo

As manifestações que tomaram as ruas de centenas de cidades brasileiras, em junho de 2013, foram convocadas nas redes da internet. O elemento mobilizador foi o aumento no preço dos transportes coletivos, que precipitou o rompimento de uma bolha de descontentamento caracterizada pela cobrança de melhores serviços públicos, pelo descrédito nas instituições democráticas e pela crise de representação política tradicional. Este artigo constitui um contributo para o conhecimento dos movimentos de protesto no Brasil, mas também é uma reflexão sobre as redefinições do papel dos intelectuais na sociedade em rede.

Palavras-chave

Movimentos sociais; internet; mudanças sociais; mídias sociais; protestos.

Abstract

The demonstrations took the streets of hundreds of Brazilian cities, in June 2013, were convened in Internet networks. The mobilizing element was the increase in the price of public transportation, which precipitated the breakup of a bubble of discontent characterized by the demand for better public services, by discrediting the democratic institutions and the by crisis of traditional political representation. This article is a contribution to the knowledge of the protest movement in Brazil, but it is also a reflection on the redefinition of the role of intellectuals in the network society.

Keywords

Social movements; Internet; social change; social media; protests.

Submetido em 07/09/2013

Aceito em 14/09/2013

Entre o singular do gigante e o plural do movimento

¹ Professor do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), investigador do Centre d'Analyse et Intervention Sociologiques (CADIS) em Paris e membro da World Internet Project e do Innovation Lab da USC Annenberg. Escreveu, dentre outros, o livro *Os Media na Sociedade em Rede* (2006) e coorganizou *Sociologia dos ecrãs, Economia da mediação* (2013), *World wide internet: changing societies, economies, and cultures* (2010) e *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política* (2006).

² Jornalista, escritor e doutorando em Comunicação pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação pelo ISCTE-IUL e especialista pós-graduado em Produção e Crítica Cultural. Participa do projeto de investigação *Jornalismo e Sociedade* (CIES-IUL). Escreveu o livro *Ruas Vazias de Gente* (2007) e coorganizou *Internet: comunicação em rede* (2013) e *Outros olhares: debates contemporâneos* (2008).

As manifestações que tomaram as ruas de centenas de cidades brasileiras, em junho de 2013, foram convocadas nas redes da internet. O elemento mobilizador é o aumento no preço dos transportes coletivos, mas terminou por estourar uma bolha de descontentamento que se caracteriza pela cobrança de melhores serviços públicos, pelo descrédito nas instituições democráticas e pela crise de representação política tradicional. Este artigo constitui um contributo para o conhecimento dos movimentos de protesto no Brasil, mas também é uma reflexão sobre as redefinições do papel dos intelectuais na sociedade em rede.

Adotamos uma abordagem de intervenção sociológica como caminho para elevar o nível de conhecimento do público sobre o ocorrido, mas também tendo como propósito aprofundar o conhecimento do “movimento” sobre si próprio. Como sugere Michel Wieviorka (2008, p. 87), argumentamos que não devemos tentar posicionar o papel das ciências sociais em geral, e da sociologia em particular, como uma oposição entre intelectuais e profissionais – um pretenso paradoxo no qual aos intelectuais caberia o papel de pensadores militantes nos movimentos e aos profissionais caberia dar aulas, pesquisar, ensinar e publicar sem se preocupar com a intervenção no espaço público.

Uma visão eminentemente dual dos papéis dos pesquisadores sociais deve muito às abordagens marxistas desenvolvidas no século XX. Na tradição de pensamento ancorada na abordagem marxista transporta-se para a análise do papel dos pesquisadores os conceitos de luta de classes, colocando o cientista social como estando perante um campo dividido, no qual o pesquisador tem de escolher um dos lados da luta. Wieviorka (2008, p. 99) sugere que é tempo de abandonar a concepção política da militância intelectual sociológica, sob pena do pesquisador estar sempre em risco de perder a sua “alma”, no sentido em que só muito dificilmente não acabará por se ver perante forças que o condicionam a se ter de subordinar ou à vontade do poder ou à vontade do contrapoder. Como sair então deste impasse? A visão por nós adotada é a de que o papel do intelectual contemporâneo é o de elevar o nível de conhecimento do público com o intuito de criar autonomia individual e social.

Como define Cornelius Castoriadis (2010, p. 16), uma sociedade autônoma é uma sociedade que sabe que as suas instituições, as suas leis, são produto do seu trabalho e que, portanto, podem ser postas por si próprio em causa e mudadas. Por, sua vez, um indivíduo é autônomo quando é capaz de alterar de forma lúcida a sua própria vida – algo que é diferente de conceber alguém como dono e senhor da sua vida. Ser autônomo é ter presente o que nos prende, o que nos molda e, portanto, termos consciência do que é preciso fazer para mudar.

Regressando à análise de um dos pais fundadores da sociologia, Max Weber, é-nos proposto por Wieviorka (2008) retomar a distinção entre “ética da responsabilidade” e “ética da convicção”. A nossa abordagem é assim a de uma complementaridade entre responsabilidade e convicção. Propomo-nos partir de um foco centrado nos princípios analíticos radicados numa “ética da convicção”, mas sem esquecer que a análise dos meios nunca está isenta de consequências sobre os fins visados. O trabalho aqui apresentado é uma análise empírica na qual nos posicionamos a partir dos princípios da análise sociológica, os quais nos dão a capacidade de não tomar partido prévio por nenhum dos diferentes sujeitos envolvidos nos processos sociais e comunicativos geradores de poder.

O convite que fazemos aos leitores é o de julgarem as nossas conclusões pensando em nós enquanto intelectuais cuja interpretação do seu papel social os leva a não ter certezas, mas apenas hipóteses. Hipóteses cuja validação depende tanto dos métodos utilizados, quanto da capacidade do próprio “movimento”, isto é, o “sujeito” das nossas hipóteses ser capaz de criticar e validar esta análise na rede, fazendo ouvir os seus raciocínios e o debate em torno dos mesmos. O papel do sociólogo da comunicação deve ser assim entendido enquanto “interventor”, aquele que se propõe a desenvolver o seu trabalho numa abordagem em permanente construção, procurando articular em rede as lógicas de militância e de produção do saber, mas sem nunca as fundir (Wieviorka, 2008, p. 109).

As próximas páginas analisam o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), principalmente da internet, no movimento brasileiro. Os protestos ficaram conhecidos no Facebook e no Twitter por hashtags como #ogiganteacordou, que faz alusão ao tamanho continental do Brasil. A estimativa é que pelo menos 136 milhões de contas de redes sociais online tenham interagido com informações sobre os protestos.

A *Seção I* apresenta uma breve caracterização dos movimentos sociais em rede. Esta construção teórica percorre os caminhos que separam e unem os movimentos do século XVIII, os das décadas de 1960-70 e os da sociedade em rede. A *Seção II* analisa os contextos cultural, social, econômico e político pré-manifestações - procurando desconstruir o mito de que o levante era totalmente imprevisível. Por sua vez, a *Seção III* apresenta o gênesis do movimento em curso, tendo em conta os seus protagonistas, a cronologia das manifestações e seus desdobramentos, procurando dar algum destaque para as micro revoltas distribuídas há anos pelo país. E, por fim, a *Seção IV* analisa o papel das redes da internet nas manifestações de

junho. Esta reflexão crítica apresenta dados da utilização das TICs no Brasil, os resultados de pesquisas de opinião e de inquéritos com os manifestantes.

1. Repertório de lutas e utopias

As ciências sociais têm se esforçado para compreender um novo tipo de organização, mobilização e promoção de ações coletivas na esfera pública nas duas últimas décadas. A necessidade de reformular o arcabouço teórico sobre os movimentos sociais na contemporaneidade dá-se pela incapacidade das reflexões clássicas, tanto das escolas norte-americanas como europeias, de responderem às problemáticas inerentes a um sistema articulado em redes (Costanza-Chock, 2006) e de base identitária (Castells, 2002). Movimentos de caráter cultural (Touraine, 2006) têm adotado as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), sobretudo a internet, como meios para a contestação do poder institucional e os moldes da globalização.

Como analisa Touraine (1984, p. 100), “o movimento operário era o ator dos conflitos mais importantes e parecia representar novos valores”, na maioria das vezes, relacionados à ideia da tomada de poder dos meios de produção, se não da própria administração do Estado. Para cumprir seu objetivo, os movimentos sociais estavam necessariamente vinculados às agremiações políticas e estruturas dos sindicatos (Giddens, 1992). Castells (2007b, p. 187) explica que os “partidos de massa, que caracterizaram a esquerda da era industrial, foram modelados sobre a experiência de movimentos sociais de massa”. Touraine (1992, p. 282) vai mais longe ao afirmar que “o movimento operário assim definido é constantemente subordinado (...) aos partidos”.

Na medida em que entramos em um novo modelo social, denominado por Daniel Bell (1974) de sociedade pós-industrial, o movimento operário, propulsor das revoluções da era industrial, “deixa de ser um personagem central da história” (Touraine, 1989) ou “parece estar ultrapassado” (Castells, 2007b). Enquanto o poder na sociedade industrial está no controle dos meios de produção fabril, na sociedade pós-industrial está na informação e na criação de conhecimento (Castells, Caraça e Cardoso, 2012). Beck (2000, p. 3) analisa que “o dinamismo industrial de alta velocidade está a dar origem a uma nova sociedade”, no entanto, “sem a primitiva explosão de uma revolução” proletária. Presenciamos, pouco a pouco, a substituição do capitalismo industrial por um capitalismo de matriz informacional (Cardoso, 2007 e

Castells, 2002). A disputa pelo poder está, mais do que em períodos anteriores, centrada no campo da comunicação e no controle da criação de normas culturais (Castells, 2007a).

Para Touraine (1992, p. 293), assistimos ao desaparecimento dos movimentos sociais da era industrial, bem como da “ideia de tomada de poder”, numa sociedade em que a identidade passa a ser “o princípio organizador” (Castells, 2002, p. 26). A sociedade em rede é constituída, sobretudo, pela “formação de redes de poder, riqueza, gestão e comunicação na trama da estrutura social” (Castells, 2005, p. 27). É neste sentido que Touraine (2006, p. 24) propõe a substituição da terminologia *movimentos sociais* para *movimentos culturais*, no intuito de indicar “o deslocamento dos conflitos para a ordem simbólica”.

Para Giddens (1984, p. 54), “os conflitos que caracterizaram o século XIX foram progressivamente amenizados pelo desenvolvimento dos três tipos de direitos”: civis, políticos e sociais. Nessa nova sociedade de direitos, os partidos, sindicatos e congregações religiosas deixaram, pouco a pouco, de moldar as reivindicações dos movimentos ou de escrever o *script* das manifestações. Castells (2004, p. 219) sugere que esse fenômeno é resultado da “crise nas organizações tradicionais e consolidadas” graças ao surgimento de novos atores sociais. A participação cívica deve-se, em larga medida, “ao desalento ante a vida política e ao descrédito crescente na Democracia e nas suas instituições” (Cardoso e Lamy, 2011, p. 82).

Uma pesquisa do Pew Research Center³ revela o crescimento, na última década, da insatisfação dos cidadãos com os rumos que os seus países têm seguido, tanto embalados pela “crise do capitalismo global que se desenrola desde 2008” e que “não é meramente econômica” (Castells, Caraça e Cardoso, 2012, p. 19), como pela forma que são governados. A insatisfação é manifestada um pouco por todos os cantos do globo, sendo transversal tanto a países desenvolvidos, como em desenvolvimento, em regimes democráticos ou ditaduras. Por exemplo, Grécia, Espanha e Tunísia fazem parte do grupo no qual mais de 75% da população estão insatisfeitas. Estados Unidos, Índia e Brasil engrossam a lista dos países onde entre 50% a 74% da população estão insatisfeitos.

Tendo em conta prognósticos similares, Castells (2009) pontua a existência de uma distância significativa entre os interesses dos cidadãos, as exigências de setores da sociedade e o que de fato o Estado faz. Ao final de um processo “complexo e global”, as pessoas contabilizam se os resultados são “bons ou ruins” para si. “No fundo, é uma crise da noção de

³ A pesquisa completa do *Pew Research Center*, referente ao ano de 2012, pode ser consultada em: <www.pewglobal.org/database/?indicator=3&survey=14&response=Dissatisfied&mode=map>.

cidadania” (Castells, 2004, Online), na medida em que o Estado não consegue responder às questões que lhe são colocadas. Ou como sustentam Cardoso e Neto (2003, p. 108), trata-se do colapso da “representação política tradicional dos cidadãos”, que procuram outras formas de sentir-se presentes nos debates.

O próprio conceito do que é um movimento social, que sempre causou discordância entre teóricos, passa a necessitar de profunda (re)significação, ainda mais num momento em que “quase todas as sociedades são penetradas por novas formas de produção, de consumo e de comunicação” (Touraine, 1992, p. 293). Apesar da falta de consenso entre pesquisadores, alguns aspectos parecem transversais aos vários conceitos, como o objetivo de mudar valores culturais. Machado (2007, p. 252) define movimento social como a “organização e articulação baseadas em um conjunto de interesses e valores comuns, com o objetivo de definir e orientar as formas de atuação social”. Touraine (1992, p. 239) entende como “o esforço de um agente coletivo para se apropriar dos valores, das orientações culturais de uma sociedade, opondo-se à ação de um adversário ao qual o ligam relações de poder”. Já, para Castells (2007a, p. 249), “são ações propositais e coletivas destinadas a mudar os valores e interesses institucionalizados na sociedade, o que é equivalente a modificar as relações de poder”.

É preciso levar em conta, sobretudo, que “a maneira como as pessoas pensam determina o destino das normas e valores em que as sociedades são construídas” (Castells, 2007a, p. 239), e que a construção dessa maneira de pensar passa pelas mídias como campo da disputa de poder (Cardoso, 2007). Neste sentido, os meios de comunicação de massa (imprensa, rádio e TV) exerceram função preponderante para os movimentos da contracultura, sobretudo em publicizar ideias, reivindicações e manifestos. Mas a apropriação das mídias pelos movimentos da contracultura e contemporâneos não representa uma novidade *per se*. Muito pelo contrário, a história dos movimentos sociais, em diferentes períodos, sempre esteve intimamente relacionada com o uso dos meios de comunicação (Thompson, 2009; Alonso, 2009 e Giddens, 1989). Essa hipótese pode ser comprovada com a ampla utilização de jornais e panfletos pelo movimento operário europeu, no século XIX, mesmo sendo este formado por um número significativo de analfabetos. Ou, ainda, com a gravação de dezenas de LPs com os discursos de Martin Luther King, como *I have a dream*, no início da década de 1960. Esses discos foram bastante populares entre os defensores dos direitos dos afro-americanos. No caso da Revolução do Irã, em 1979, o aiatolá Ruhollah Khomeini (1900-1989), exilado na França,

enviava mensagens em fitas cassete para motivar os protestos que terminariam por derrubar o xá, Reza Pahlavi (1919-1980).

Então, o que há de novo na apropriação pelos movimentos sociais das TICs? Hoje é difícil não admitir, mesmo para os autores mais céticos – tendo em conta os fatos empíricos e as pesquisas acadêmicas –, que as redes telemáticas, cibernéticas e *peer to peer* (P2P) têm desempenhado um papel crucial, desde meados da década de 1990, para a formação do que Castells (2012) chama de movimentos sociais em rede. Segundo Sancho (2012, Online), a partir desse período, “todo coletivo ativista que se prezava cobrou consciência da importância de se comunicar com seus pares a baixo custo e de modo quase imediato”, o que transforma a ideia de ter um computador ligado à internet em “preocupação prioritária”.

Os reflexos dessa forma de organização são numerosos e também representam sinais do surgimento de novos paradigmas comunicacionais (Castells, 2002; Cardoso, 2007 e Costanza-Chock, 2006). Analisar brevemente alguns dos casos mais simbólicos de apropriação das TICs pode ajudar a compreender essa amalgama criativa que dá *corpus* aos movimentos sociais em rede. É preciso ressaltar, antes dos primeiros passos empíricos, dois aspectos cruciais da conexão de ativistas a redes horizontais de comunicação. O primeiro trata da emergência da comunicação em rede (Cardoso, 2011), ou seja, do modo como os movimentos sociais contemporâneos tendem a comunicar e construir seus projetos. O segundo diz respeito aos espaços de atuação para manifestar e protestar, partilhar valores, normas e culturas, trocar informações e mobilizar para ações.

A comunicação do período industrial foi a de massa. Nesse modelo, o poder de utilizar as mídias está concentrado na mão de um único proprietário ou de pequenos grupos. A mensagem era enviada de *um-para-muitos* (Castells, 2009). Conforme explica Cardoso (2011), o modelo comunicacional na contemporaneidade é o da comunicação em rede. Ele caracteriza-se pela interligação e articulação das mídias da comunicação de massa (imprensa, rádio e TV) com os meios de comunicação interpessoal (e-mail, SMS, chats, Skype etc), formando o que Castells (2012 e 2007a) denomina de *autocomunicação de massas*. Esse novo modelo também caracteriza-se por redes horizontais de comunicação nas quais o cidadão pode fazer com que as suas mensagens cheguem a um número ilimitado de pessoas, por exemplo, ao utilizar as redes sociais online (Facebook, Twitter, YouTube etc). Segundo Cardoso e Neto (2003, p. 106), “para um movimento social ser considerado em rede, terá de fazer uso de estratégias

combinadas envolvendo diferentes tecnologias”, ou seja, conciliar o uso dos meios de comunicação de massa e interpessoais.

Diferentemente dos movimentos da era industrial e da contracultura, com lutas mais centradas no ambiente material e no local de trabalho, os movimentos sociais em rede transitam facilmente entre o *espaço de lugar* (bairro, cidade, país etc) e o *espaço de fluxo* (ciberespaço). A ação é “tanto cara a cara como eletrônica, utiliza web sites e sítios geográficos” em simultâneo (Castells, 2007b, p. 188).

Um dos primeiros movimentos a utilizar as TICs nas suas ações foi o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), a partir de 1994. Reyes (2009, p. 1) menciona que os zapatistas almejavam criar um “movimento de baixo para cima, sem vanguardas, que não aspirava tomar o poder, mas à construção de um contrapoder popular”, ou seja, o próprio exercício do poder. Sancho (2012) evidencia que em torno da causa zapatista construiu-se, espontaneamente, descentralizada e sem hierarquias formais, uma rede solidária transnacional de ativistas que utilizou os recursos disponíveis na internet, sobretudo o correio eletrônico e páginas rudimentares da web, para publicitar informações sobre o levante. Os ativistas convocaram manifestações em vários países e denunciaram violações dos Direitos Humanos. Eles pressionaram o governo mexicano a negociar com os insurgentes. Rapidamente os ativistas em rede também conseguiram agendar os veículos de comunicação de massa de diversos países, o que deu visibilidade máxima à causa.

Cinco anos após a rebelião indígena de Chiapas, as ruas de Seattle, nos Estados Unidos, foram palco da primeira grande manifestação organizada pela internet (Costanza-Chock, 2006). No dia 30 de novembro de 1999, milhares de pessoas protestaram contra a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) que aconteceria na cidade. Ativistas globais, defensores de diferentes causas, conectaram-se a redes de comunicação alternativas para convocar, simultaneamente, manifestações em mais de 80 cidades das Américas e da Europa. Cardoso e Lamy (2011) explicam que a internet mostrou-se essencial tanto para organizar as manifestações em Seattle quanto para a “difusão global dos eventos”, assim como para tecer as teias de poder que agendaram os *mass media*. O rico material multimodal que circulou pelas redes cibernéticas foi construído graças à sensibilização de ativistas ligados em diferentes países. Em 1999, segundo constata Costanza-Chock (2006), já existiam câmeras digitais baratas, software de edição mais simples e o próprio acesso à internet começava-se a popularizar, assim como os telefones móveis.

Os *cases* da apropriação das TICs pelos cidadãos para promover mudanças sociais são variados e apresentam características similares (Castells, 2012), guardadas as particularidades de cada região. Das Filipinas à Itália, do Japão ao Irã, da Tailândia à França, os casos são numerosos. Em Portugal, o exemplo mais notório dos movimentos sociais em rede ficou conhecido como Geração à Rasca, “que tomou as ruas, mas antes de tomar as ruas, tomou as redes sociais” da internet (Cardoso, 2012, p. 58). O movimento reuniu, a 12 de março de 2011, cerca de 500 mil pessoas, em cidades portuguesas e no exterior, para protestar contra a falta de expectativas de vida.

A primeira revolução na sociedade em rede ficou conhecida como Primavera Árabe. Os protestos populares em 19 países do Norte da África e Oriente Médio, nos anos de 2010, 2011, 2012, 2013 (...), demoliram ditaduras, provocaram mudanças, transformaram valores culturais e arrastaram povos para violentos conflitos (Di Fátima, 2013). Os manifestantes derrubaram os presidentes Ben Ali (Tunísia) e Hosni Mubarak (Egito). No rescaldo das revoltas, Líbia e Iêmen também conseguiram derrotar seus ditadores. A Síria foi arrastada para uma guerra civil que já deixou, pelo menos, 110 mil mortos. Jordânia e Marrocos conquistaram modestas aberturas políticas. As ruas árabes também estouraram uma bolha de descontentamento global que conecta eventos como *Occupy Wall Street* (EUA), Indignados (Espanha), protestos estudantis (Chile), distúrbios em Londres (Inglaterra) etc. O mais recente capítulo da brevíssima história dos movimentos sociais em rede tem o Brasil como palco. As próximas páginas analisam o repertório de lutas e utopias que fizeram os protestos possíveis.

2. O mito do inesperado

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante discurso⁴ no 19º Foro de São Paulo, que reúne partidos de esquerda da América Latina, engrossou a lista das lideranças políticas que consideram que as manifestações brasileiras, em junho de 2013, eram completamente inesperadas. Para ele, “esses movimentos que aconteceram no Brasil pegaram de surpresa todos os partidos de esquerda, pegaram de surpresa todos os partidos de direita, todo o movimento sindical”. Juntam-se à longa lista dos surpreendidos, intelectuais, parlamentares, lideranças setoriais, empresários e jornalistas. O mito do inesperado ronda os movimentos

⁴ Portal G1. *Protestos foram surpresa para esquerda e direita, diz Lula*. [2 de agosto de 2013]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/08/protestos-foram-surpresa-para-esquerda-e-direita-diz-lula.html>>.

sociais em rede, assim como compôs as narrativas de poder e contrapoder da Primavera Árabe (Di Fátima, 2013).

Desconstruir o discurso do inesperado requer atenção especial ao contexto social, econômico, cultural e político que precede as manifestações em rede por dois motivos. Primeiro porque, no nosso entender, não há surpresas nos protestos, há sim cegueiras políticas e acima de tudo uma incapacidade comunicativa entre o Estado e os cidadãos. E, segundo, porque a história tem ensinado que a insatisfação generalizada não se origina em pequenos incidentes, mas num longo processo acumulativo de descontentamento. Daí Castells (2012) entender que essas ações coletivas são movimentos emocionais, uma bolha de insatisfação que em algum momento encontra o mecanismo de ignição. O que ocorre é que o elemento mobilizador é normalmente percebido como pequeno, mas é pequeno apenas porque na realidade o evento público é a gota de água que faz transbordar o copo do descontentamento acumulado em privado. No caso brasileiro, a faísca foi o aumento no preço da passagem do transporte coletivo. Na Primavera Árabe, a autoimolação de um jovem na Tunísia. Na Turquia, a ameaça de destruição de um parque para a construção de um centro comercial.

O Brasil tem ocupado, na última década, as páginas dos principais jornais internacionais como um modelo sólido da conciliação entre inclusão social e crescimento econômico. Enquanto a maioria dos países da União Europeia esforça-se para frear a retração frente à crise e evitar o colapso do seu modelo de bem estar social (Castells, Caraça e Cardoso, 2012), a expectativa é que o Brasil consolide o seu crescimento. No campo social, uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas⁵ revela que o Governo Lula (2003-2010) retirou 40 milhões de pessoas da pobreza e que estas ingressaram na classe média nacional, sobretudo graças a programas de inclusão como o Bolsa Família. O poder de compra também foi elevado. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios⁶, o rendimento cresceu 8,9% entre 2009 e 2011. Para os 10% mais pobres da população o crescimento pode ultrapassar os 29%.

Esses resultados estão em consonância com as conclusões de um estudo elaborado por Silvério (2012, Online), do Observatório das Desigualdades (CIES-ISCTE), sobre os Brics, bloco econômico formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Segundo a autora, “o Brasil é o único país que conseguiu diminuir consideravelmente a desigualdade de renda nos últimos

⁵ FGV (2013). *Os emergentes dos emergentes*. Disponível em <www.cps.fgv.br/cps/brics/>.

⁶ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2011). Disponível em <www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40>.

20 anos, saindo de um Gini de 0,61 em 1990 para 0,54 em 2009 – menor índice de sua história”. Entre 2000 e 2010, 80% dos municípios tiveram redução na desigualdade de renda⁷, que é a base da justiça social. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra um panorama ainda mais animador sobre a melhoria na qualidade de vida, resultado direto da distribuição de renda. De acordo com a pesquisa⁸, em 30 anos a mortalidade infantil recuou 75% e a expectativa de vida aumentou 11 anos.

O cenário de otimismo estaria completo com a escolha do Brasil como sede da Copa do Mundo de Futebol, em 2014, e dos Jogos Olímpicos em 2016, no Rio de Janeiro. Em âmbito internacional, a eleição do diplomata Roberto Azevêdo, em maio de 2013, como diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), foi recebida com euforia pelos mercados. Em nota à imprensa⁹, a presidente Dilma Rousseff disse que “o Brasil tinha claro que, por sua experiência e compromisso, ele poderia conduzir a Organização na direção de um ordenamento econômico mundial mais dinâmico e justo”.

Estava coroadado o sucesso do modelo brasileiro de inclusão social e crescimento econômico. Então, por que os brasileiros protestam? O mistério começa a ser desvendado em reportagem publicada pela *The Economist*, a mesma revista que em novembro de 2009 estampou na capa o Cristo Redentor sendo impulsionado para o céu como um foguete espacial. Na manchete da época: *Brazil takes off*¹⁰. Agora, quatro anos depois, o discurso é outro: *Protests in Brazil*¹¹. Para o periódico, “não há falta de causas. A criminalidade e a corrupção política são endêmicas; a brutalidade policial é comum. Os brasileiros pagam impostos ao nível dos países

⁷ Jornal Estadão. *Desigualdade de renda cai em 80% dos municípios do Brasil em uma década*. [3 de agosto de 2013]. Disponível em <www.estadao.com.br/noticias/cidades,desigualdade-de-renda-cai-em-80-dos-municipios-do-brasil-em-uma-decada,1060330,0.htm>.

⁸ Os dados são do estudo *Tábuas de mortalidade por sexo e idade – Brasil, grandes regiões e unidades da federação*. Em 1980 aconteciam 69,1 óbitos a cada mil crianças com menos de um ano nascidas vidas e, em 2010, os óbitos atingiram 16,7. A expectativa de vida subiu no mesmo período, indo de 62,52 para 73,76 anos. A pesquisa está disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuas_abreviadas_mortalidade/2010/default.shtm.

⁹ Portal G1. *Dilma agradece apoio à eleição de Roberto Azevêdo para a OMC*. [7 de maio de 2013]. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/dilma-agradece-apoio-eleicao-de-roberto-azevedo-para-omc.html>.

¹⁰ The Economist. *Brazil takes off* (O Brasil decolou). [Novembro de 2009]. Disponível em www.economist.com/node/14845197.

¹¹ The Economist. *Protests in Brazil - Taking to the streets* (Protestos no Brasil – Tomando as ruas). [Junho de 2013]. Disponível em www.economist.com/printedition/2013-06-22.

ricos e recebem em troca serviços públicos terríveis”. Analisar estas informações ajuda a compreender o significado dos gritos da rua e no ciberespaço.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário¹² (IBPT), o brasileiro trabalha 150 dias (cinco meses) só para pagar impostos, que representam 36% do PIB. Outro estudo do IBPT¹³ revela que, em 2013, “pela quarta vez consecutiva, o Brasil, que está entre as 30 nações com as maiores cargas tributárias do mundo, se posiciona no último lugar como provedor de serviços públicos de qualidade à população, como saúde, educação, segurança, transporte e outros”.

O Brasil ocupa a 69ª posição no Índice de Percepção da Corrupção¹⁴, da ONG Transparência Internacional, que avaliou 176 países em 2012. Nas últimas duas décadas, numerosos escândalos foram investigados pelo Ministério Público, por Comissões Parlamentares de Inquérito, pela Polícia Federal etc. Eles chegaram aos cidadãos por coberturas exaustivas da imprensa, mas quase todos terminaram sem condenações efetivas dos envolvidos. É possível citar alguns exemplos mais onerosos aos cofres públicos, como os Anões do Orçamento¹⁵ (1989-1992); o conturbado processo de privatização do Governo FHC¹⁶ (1995-2002); a CPI do Banestado¹⁷ (2003); o Mensalão do PT (2003-2006) etc. Para Castells (2007b, p. 474), na política do escândalo “o que vale é o impacto final sobre a opinião pública”. Daí emergir um sentimento popular de impunidade frente aos graves delitos da elite política nacional.

A “história recente mostra que a democracia não coincidiu com a eliminação da corrupção crônica” no Brasil (Silva, 1999, p. 27) e que “à crise de legitimidade do Estado-Nação junta-se a falta de credibilidade do sistema político” (Castells, 2007b, p. 480). Um inquérito do

¹² IBPT 2013. *Dias trabalhados para pagar tributos*. Disponível em <https://ibpt.org.br/img/uploads/novelty/estudo/920/ESTUDODIASTRABALHADOSEDICAO2013.pdf>.

¹³ IBPT 2013. *Estudo sobre a carga tributária, PIB x IDH*. Disponível em <<https://ibpt.org.br/img/uploads/novelty/estudo/787/ESTUDOFINALSOBRE CARGA TRIBUTARIA PIB X IDH IRBESMARCO2013.pdf>>.

¹⁴ Transparência Internacional 2012. *Índice de Percepção da Corrupção*. Disponível em www.transparency.org/files/content/publication/Annual_Report_2012.pdf.

¹⁵ Folha de São Paulo. *Entenda o caso dos anões do Orçamento*. [Novembro de 2004]. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u65705.shtml>.

¹⁶ Ver mais em *O príncipe da privatária* (Editora Geração, 2013), do jornalista Palmério Dória, e em *A privatária tucana* (Editora Geração, 2011), de Amaury Ribeiro Jr.

¹⁷ Consultor Jurídico 2004. *Relatório da CPI do Banestado aponta evasão de R\$ 150 bilhões*. Disponível em www.conjur.com.br/2004-dez-14/relatorio_cpi_banestado_aponta_evasao_150_bi.

instituto Datafolha¹⁸, do dia 19 de junho de 2013, na cidade de São Paulo, revela que o Congresso Nacional tem prestígio com apenas 12% da população; os partidos políticos com 16%; o poder judiciário e os sindicatos com 20% e as forças armadas com 27%. Os dois primeiros lugares são ocupados pelas redes sociais online (65%) e pela imprensa (61%). Para o Datafolha, “uma comparação com pesquisa realizada em março de 2007 mostra que todas as instituições perderam prestígio” e que para 72% dos entrevistados as redes da internet “têm muita influência na sociedade brasileira”.

O mesmo Brasil que disputa o lugar de sexta maior economia do mundo ocupa a 85ª posição no ranking do IDH das Nações Unidas, atrás de países como Líbia (64ª), Irã (76ª), Omã (84ª) e dos seus vizinhos: Chile (40ª), Argentina (45ª) e Uruguai (51ª). Em outro indicador, o Brasil aparece em último lugar quando comparada a média de anos de estudos entre 12 países da América Latina. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento¹⁹, o brasileiro fica em média 7,2 anos na escola. No Chile a média é de 9,7; na Argentina de 9,3; no Peru de 8,7 e no Uruguai de 8,5 anos de estudos.

Apesar dos avanços no campo social, o baixo IDH parece refletir na elevada taxa de homicídios do país²⁰, sobretudo agravada pela violência policial nas periferias das grandes cidades. O Brasil está no 18º lugar da lista dos mais violentos do mundo, numa avaliação de 186 países, com 24,7 assassinatos para cada cem mil habitantes. Isto significa que mais de 50 mil homicídios são registrados anualmente no país. O número é mais assustador quando comparado com os dados dos seus vizinhos: Argentina (3,4), Chile (3,7) e Uruguai (5,9).

A falta de segurança para os profissionais da imprensa também recebe duras críticas de organizações internacionais. Segundo a ONG Press Emblem Campaign²¹ (PEC), o Brasil é o quarto país mais perigoso do mundo para se trabalhar como repórter, tendo sido registrados onze assassinatos de jornalistas em 2012. O índice brasileiro é superior aos de territórios em

¹⁸ Instituto Datafolha 2013. *Rede social e imprensa têm maior prestígio e poder na sociedade brasileira, dizem paulistanos*. Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297630-rede-social-e-imprensa-tem-maior-prestigio-e-poder-na-sociedade-brasileira-dizem-paulistanos.shtml>>.

¹⁹ Portal G1. *Brasil tem a menor média de anos de estudos da América do Sul, diz Pnud*. [14 de março de 2013]. Disponível em <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2013/03/brasil-tem-menor-media-de-anos-de-estudos-da-america-do-sul-diz-pnud.html>>.

²⁰ IVB 2013. *IDH X Homicídios*. Disponível em <<http://atualidadesdodireito.com.br/iab/files/IDHxHomic%20C3%ADdios.pdf>>.

²¹ Press Emblem Campaign (PEC). Disponível em www.presseblem.ch/10399.html.

constante conflito armado, como Iraque (3), Faixa de Gaza (3) e Afeganistão (2)²². A liberdade de imprensa também é frágil. O Brasil ocupa atualmente o 108º lugar no índice da organização Repórteres sem Fronteira²³ (RSF). Este resultado negativo é formado por muitas variáveis, mas não deixa de ser importante ter presente que em 324 emissoras de rádio e televisão²⁴ há cerca de 270 políticos que são sócios ou diretores, o que coloca naturais questões sobre a independência do conteúdo transmitido. O relatório da RSF (2003, p. 8) destaca que a imprensa brasileira é “fortemente dependente de autoridades políticas no nível estadual; a mídia regional está exposta a ataques, violência física contra seus profissionais e censura provocada por ordens judiciais, que também atingem a blogosfera”.

É desse mosaico de avanços e contradições, corrupção da classe política, sentimento de impunidade, injustiça e insegurança, violência policial, desconfiança das mídias tradicionais, altos impostos e ineficiência dos serviços públicos que emerge as manifestações no Brasil. O mito do inesperado perde validade à medida que os governos eleitos e as instituições do Estado são incapazes de transformar a expansão do PIB em bem-estar social, o que rompe cláusulas pétreas do *contrato social*.

O “desalento ante a vida política” leva “ao descrédito crescente na Democracia” (Cardoso e Lamy, 2011, p. 82) e à crise de representação tradicional (Castells, 2012). Quando o descrédito ganha o espaço público, os cidadãos percebem que não estão sozinhos, pelo contrário, há muitas mais pessoas a dizerem e a escreverem o mesmo que outros pensam, escrevem e dizem. Esta descoberta do outro como eu, o desejo de mudança social, a “capacidade de se comunicar através da internet e de dispositivos móveis levam à possibilidade de que surjam movimentos sociais espontâneos a qualquer momento” (Castells, 2013, Online). A surpresa com as manifestações que tomaram as ruas do Brasil, mas antes ocuparam as redes da internet, se dá porque muitos dos atores políticos preferem manter-se em negação acreditando que o descontentamento passa. Não é à toa que uma das frases mais

²² Estes dados são confirmados pelo saldo das próprias manifestações. De acordo a revista Brasil de Fato, mais de 50 jornalistas sofreram algum tipo de violência e pelo menos três carros de televisão foram incendiados em junho. Disponível em <www.brasildefato.com.br/node/13385>.

²³ RSF (2013). *World press freedom index 2013*. Disponível em <http://fr.rsf.org/IMG/pdf/classement_2013_gb-bd.pdf>.

²⁴ Dados apurados em 2008 pelo projeto *Donos da Mídia*, uma iniciativa da sociedade civil para criar a radiografia da imprensa no Brasil. Disponível em <<http://donosdamidia.com.br/levantamento/politicos>>.

compartilhadas por brasileiros no Facebook e Twitter foi: “a única coisa que mete medo em político é o povo na rua”²⁵.

3. Crônica de uma revolta anunciada

Quando cerca de 1,4 milhão de pessoas saíram às ruas em mais de 315 cidades brasileiras e 22 capitais, a 20 de junho, as mídias tradicionais, seus jornalistas e comentaristas, políticos e intelectuais do horário nobre, tentaram encontrar similaridades entre as manifestações e outros momentos históricos do Brasil, como as *Diretas Já*²⁶ (1983-1984) e o *Fora Collor*²⁷ (1992). Estas tentativas foram frustradas porque os movimentos em curso apresentavam objetivos, *modus operandi*, características de composição, estrutura organizativa e estética particulares e incomparáveis.

As mídias tradicionais também tentaram associar os manifestantes a atos de violência, mas mudaram radicalmente de discurso, ou pelo menos fizeram-no momentaneamente, quando os seus profissionais foram alvo da brutalidade policial. Um bom exemplo é o da Folha de São Paulo, que no editorial do dia 13 de junho diz que os manifestantes são “jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária”²⁸. Já no editorial do dia 18 de junho, alerta que “uma lição que as autoridades brasileiras, perdidas entre o abuso da força contra protestos não violentos (...), ainda precisam assimilar” é “a percepção de que manifestantes, no exercício pacífico de seu direito, não representam ameaça nem podem ser confundidos com criminosos”²⁹.

Diferentemente do noticiado por parte da imprensa, o movimento em curso não nasceu em São Paulo e nem mesmo em junho de 2013. Os locais e as datas são outros. Até mesmo a reivindicação sobre o preço dos transportes coletivos é resultado de um longo processo de lutas sociais. Silva (2013, Online) recorda que já em 1879, cinco mil pessoas saíram às ruas,

²⁵ A frase é do ex-ministro e ex-deputado por onze mandatos consecutivos Ulysses Guimarães (1916-1992).

²⁶ As *Diretas Já* foi um movimento, no final da Ditadura Militar (1964-1985), que levou milhares a reivindicar, nas ruas, a realização imediata de eleições diretas para presidente.

²⁷ O *Fora Collor* foi um movimento em que milhares foram às ruas para pedir a saída do então presidente Fernando Collor de Mello. O impeachment de Collor aconteceu no dia 29 de dezembro de 1992.

²⁸ Folha de São Paulo. *Retomar a Paulista*. Editorial. [13 junho de 2013]. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>.

²⁹ Folha de São Paulo. *Protestar não é pecado*. Editorial. [18 junho de 2013]. Disponível em <www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2013/07/1312731-protestar-nao-e-pecado.shtml>.

num Rio de Janeiro com pouco mais de 190 mil habitantes, contra o aumento de um vintém no valor da tarifa de bonde. O Movimento Passe Livre (MPL), criado oficialmente numa plenária do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2005, já realizava atos pela tarifa zero há pelo menos dez anos via redes distribuídas pelo país, como a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e a Revolta da Catraca (Florianópolis, 2004).

Para Malini (2013a, Online), “os protestos no Brasil não aconteceram do nada. Demonstravam-se, no país inteiro, micro revoltas locais fortemente conectadas”. Por exemplo, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) promoveu mais de 700 manifestações em todo o Brasil (2009 e 2010); aconteceram marchas contra a violência doméstica no Pará e Amapá (2010 e 2011); os professores realizaram atos e greves pelo piso salarial (2011 e 2012); os estudantes protestaram contra problemas no Exame Nacional do Ensino Médio (2011); ativistas plantaram vassouras contra a corrupção no Congresso Nacional (2011); ciclistas pedalarão contra a violência no trânsito em Fortaleza (2012); o Comitê Popular da Copa realizou passeatas nas cidades sede do Mundial de Futebol (2011 e 2012); houve a Marcha Nacional Contra a Corrupção (2011 e 2012) e o Ato Nacional contra a Homofobia (2012); a ameaça de despejo de índios Guarani Kaiowa, no Mato Grosso do Sul, criou redes de solidariedade e gerou protestos (2012); cidadãos pediram o veto ao Código Florestal (2012) e a Marcha dos Povos reuniu 80 mil pessoas durante a Rio+20 (2012).

A questão central é que a espontaneidade do movimento em curso é confundida com o discurso de manifestações inesperadas (Di Fátima, 2013). Os movimentos brasileiros poderiam redigir páginas e páginas da brevíssima narrativa do poder e contrapoder na sociedade em rede. Em comum eles têm a identidade como essência organizadora (Castells, 2002), a vontade de transformar valores culturais (Touraine, 2006), o descrédito crescente nas instituições do Estado (Cardoso e Neto, 2003) e a utilização em diferentes níveis das TICs, principalmente das redes da internet, para convocar, organizar, articular, registrar e partilhar informações sobre as causas (Costanza-Chock, 2006). Estes eventos também criam condições propícias para o debate político ao proporcionarem encontros, físicos e virtuais, nos quais a insatisfação com determinada questão é o elemento unificador.

O movimento em curso no Brasil nasceu em fevereiro de 2013, na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, convocado pelo Bloco de Luta por um Transporte Público, contra o aumento do preço da tarifa. Um dos primeiros protestos aconteceu na segunda-feira, dia 18, e

foi convocado com a criação de um evento no Facebook³⁰. O ato reuniu cerca de 200 pessoas. O preço da passagem subiu de R\$ 2,85 para R\$ 3,05 exatamente uma semana depois. Novas manifestações foram articuladas nas redes sociais online e em assembleias populares. Alguns desses atos terminaram em confrontos com a Tropa de Choque e foram noticiados pela imprensa. A vitória veio na noite chuvosa de 4 de abril, quando a Justiça concedeu liminar que revertia o reajuste no preço. As comemorações reuniram 3,5 mil pessoas, segundo a Polícia Militar (PM), e 10 mil na contagem do Bloco de Luta.

Nos meses seguintes foram registradas diversas mobilizações similares, nas ruas e no ciberespaço, contra a subida no preço das passagens em vários estados. No dia 30 de março em Manaus, Amazonas. No dia 15 de maio em Natal, Rio Grande do Norte. No dia 16 de maio em Goiânia, Goiás. Em Salvador, na Bahia, a 2 de junho, estudantes bloquearam ruas contra o aumento. Algumas dessas manifestações ficaram conhecidas nas redes da internet pela hashtag #RevoltadoBusao. Já os protestos em São Paulo começaram a 3 de junho convocados pelo Movimento Passe Livre, que se autodenomina como “horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário”³¹. Entre 6 e 13 de junho, os atos reuniram diariamente cerca de 5 mil pessoas que marcharam sob o lema “3,20 é um roubo”. Os confrontos com a PM se intensificaram, sobretudo, pela ação das forças de segurança, que usaram gás lacrimogêneo, spray de pimenta, bombas e balas de borrada contra cidadãos e a imprensa. Centenas de pessoas ficaram feridas ou foram detidas³².

As imagens do uso abusivo da força foram captadas pelos veículos de comunicação, manifestantes individuais com seus celulares e por coletivos independentes, como o Mídia Ninja e o PosTV, que transmitiram os eventos em tempo real via *streaming*. Os vídeos da ação da PM foram assistidos e compartilhados exaustivamente no YouTube³³, enquanto novos atos eram convocados via Facebook. A resposta popular veio nas ruas e na internet. A Figura 1 mostra o crescimento exponencial das interações no Twitter logo depois das ações policiais do

³⁰ Evento do Bloco de Luta: <www.facebook.com/events/165675956914657/?ref=2>.

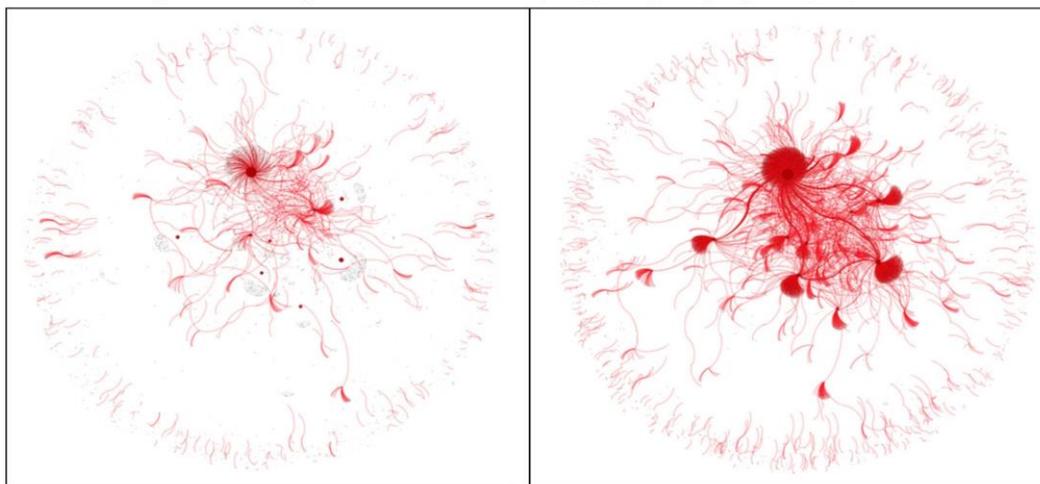
³¹ Carta de Princípios do MPL: <<http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao/carta-de-principios/>>.

³² Um exemplo dos excessos da PM é um vídeo, que circula pela internet, no qual policiais disparam contra manifestantes que cantavam “sem violência, sem violência”. Disponível em <www.youtube.com/watch?v=u3-PWM9uuGI>.

³³ Dois dos vídeos mais vistos são: *Policial quebra vidro da própria viatura*, com mais de 2,3 milhões de visualizações (www.youtube.com/watch?v=kxPNQDFcROU) e *Polícia ataca a imprensa em ato contra aumento das passagens*, com mais de 830 mil (www.youtube.com/watch?v=TvtmaL3rSLI). Ambas as imagens são do dia 13 de junho, data de maior violência policial.

dia 13 de junho, com base em um recorte de 20 mil mensagens que usaram a palavra *tarifa*. As manifestações cresceram e se espalharam pelo país. Novas causas passaram a compor o movimento. O protesto seguinte, no dia 17, reuniu mais de 65 mil pessoas em São Paulo. Outras 30 manifestações foram registradas em várias cidades³⁴, como Belo Horizonte, Belém, Brasília, Curitiba, Maceió etc. Cartazes pediam: “vamos repetir Porto Alegre”.

Figura 1 - Interações no Twitter antes (esq.) e depois (dir.) da ação policial



Fonte: Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic), In: Malini (2013b: Online)

Freelon *et al* (2011) interpretam que “embora seja difícil medir o impacto” dos vídeos nas redes da internet sobre o público, “algumas imagens de sofrimento certamente” podem estimular os protestos e elevar a indignação, o que se converteria em mais pessoas dispostas a juntar-se ao movimento. Malini (2013a, Online) descreve que “a emoção sai das ruas (...) para entrar nas *timelines* dos perfis de redes sociais, que espalham e mencionam esse conteúdo, afetando milhares de outros nós, que se encorajam a estar nas ruas”. É desta forma que as redes de insatisfação, ao sentir a injustiça, ganham capilaridade política e ativam outros nós em processos de sociabilidade na internet. Esta hipótese está em sintonia com depoimentos de pessoas que se juntaram ao movimento após a violência³⁵.

³⁴ Portal G1. *Manifestações pelo Brasil*. [junho de 2013]. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb/>.

³⁵ Segundo o engenheiro Renato Souza, “o que me motivou a vir foi a repressão policial. Fiquei perplexo com o que vi na TV”. O advogado Rafael Ferreira diz ter ido “fiscalizar a ação policial”. Já a coordenadora de eventos Mércia Teixeira sintetiza que a reação do governo contra os manifestantes “foi a gota d’água”. In: Portal G1. *Diferentes gerações relatam sua 1ª vez em um protesto em SP*. [18 de junho de 2013]. Disponível em <g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/diferentes-geracoes-relatam-sua-1-vez-em-um-protesto-em-sp.html>.

Uma rede transnacional de solidariedade também se formou em torno do movimento brasileiro. Advogados criaram *fan pages*, com contatos telefônicos, para dar assessoria jurídica gratuita aos manifestantes presos e denunciar violações aos Direitos Humanos. No Twitter, usuários ofereceram materiais de primeiros socorros e disponibilizaram as suas casas como local de refúgio. No Tumblr, páginas como a *Brazilian Protests*³⁶ dedicaram-se a traduzir informações alternativas para o inglês e outros idiomas. Estas ações podem ser entendidas como a necessidade do movimento de angariar suporte da opinião pública e de movimentos similares ao redor do globo.

O site Grunz³⁷ reuniu os eventos criados no Facebook que convocaram as manifestações entre os dias 17 e 30 de junho. A estimativa oferecida é de que pelo menos três milhões de pessoas confirmaram presença nos eventos em 611 cidades: 538 no Brasil e 73 no exterior. A Figura 2 mostra a *mapa mundi* dos protestos. Muitos desses atos internacionais aconteceram na porta de embaixadas ou consulados brasileiros de 27 países, como Austrália, EUA, Portugal, Israel, Argentina, Japão, Grécia, Coreia do Sul, Chile, Alemanha etc.

Figura 2 - Manifestações pelo mundo (17 a 30 de junho)



Fonte: Grunz. Disponível em <www.grunz.com.br/mapa-dos-protestos-no-brasil-pelo-mundo/>.

Os jovens ativistas brasileiros estão conectados a redes internacionais e atentos ao que se passa em outras paragens. Alguns indícios são a utilização de palavras de ordem como “somos parte de uma luta mundial” ou, ainda, a consulta de manuais de como protestar que vêm sendo reescritos e compartilhados pela internet desde a *Batalha de Seattle*. Os próprios

³⁶ *Brazilian Protests*: <<http://brazilianprotests.tumblr.com/>>.

³⁷ Mapa Mundi do Grunz: www.grunz.com.br/mapa-dos-protestos-no-brasil-pelo-mundo.

jovens dizem ter aprendido técnicas de como se proteger do gás lacrimogêneo e spray de pimenta em vídeos/tutoriais no YouTube de ativistas da Tunísia, Grécia e Turquia.

Segundo Castells (2011, Online), “é na conexão entre a juventude e a cultura da internet que está a raiz do novo poder popular”. Este poder mostrou a sua força, a 20 de junho, ao produzir a maior manifestação brasileira um dia depois que São Paulo e Rio de Janeiro reduziram os preços das passagens. De acordo com dados da Confederação Nacional de Municípios³⁸, pelo menos 438 cidades registraram protestos, na semana de 16 a 22, o que resultou em quase dois milhões de cidadãos nas ruas³⁹. A multidão de anônimos, adepta de redes horizontais de comunicação, marchou sob o lema: “não é só por 20 centavos”. Esta negação ajuda a confirmar duas ideias. A primeira de que existe uma incrível diversidade de perfis ativistas, ou seja, quem está na rua não representa ninguém exceto a si próprio. E, a segunda, de que o atual mecanismo mobilizador é na verdade uma multiplicidade de causas e não apenas o aumento do preço das passagens.

Um inquérito aplicado pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística⁴⁰ (Ibope), no dia 20 de junho, em oito capitais, ajuda a traçar os perfis ativistas, num cenário no qual 46% dos entrevistados disseram participar pela primeira vez de uma manifestação. Os resultados apontam que 89% não se sentem representados por partidos políticos e 83% por qualquer político brasileiro. A maioria esmagadora confirma não ser filiada a nenhum partido (96%) ou sindicato (86%). Estes resultados confirmam o sentimento popular expresso em cartazes, como: “o povo unido não precisa de partido”. Sobre os grupos de afinidade, o inquérito ainda revela que 65% estavam nas ruas com amigos ou colegas; 22% estavam sozinhos; 11% ao lado do cônjuge e 8% na companhia de irmãos ou parentes. Sobre a atuação da PM, 57% disseram que foi “muito violenta”.

As redes sociais online podem ajudar a perceber quais as principais reivindicações que levaram as pessoas para as ruas. O projeto *Causa Brasil*⁴¹, desenvolvido pelas empresas Seekr e W3Haus, monitorou as temáticas mais veiculadas sobre os protestos, entre 16 de junho e 17 de

³⁸ <www.cnm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=23190&catid=34&Itemid=164>.

³⁹ A região Sudeste foi a recordista de público: Rio de Janeiro (350 mil); São Paulo (200 mil); Minas Gerais (190 mil) e Espírito Santo (126 mil). No entanto, foi o estado do Amapá, no Norte, quem levou o maior número de cidadãos em termos percentuais, com 25 mil pessoas (3,6% da sua população).

⁴⁰ O inquérito do Ibope ouviu 2002 pessoas em oito capitais (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Fortaleza, Salvador e Distrito Federal). Disponível em <www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-n%C3%A3o-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>.

⁴¹ Causa Brasil: <www.causabrasil.com.br>.

julho, no Facebook, Twitter, Instagram, YouTube e Google+. Os dados, cedidos para este artigo, foram extraídos de 1.209.514 menções com base em cem hashtags mais usadas nas manifestações, como #ogiganteacordou, #changebrazil, #indignação, #vemprarua, #protestos, #amanhãvaisermayor, #contraacorrupção etc. Os resultados revelam a predominância de dois grandes tópicos de debate: Direitos Básicos, com 42,21% de todo o conteúdo das redes, seguido por temas Políticos, com 40,61% dos *posts*. As causas mais mencionadas sobre os Direitos Básicos foram: saúde (9,44%), segurança (7,99%), educação (7,38%), preço das passagens (7,22%) e qualidade do transporte (4,87%). As principais causas dos temas Políticos foram: Governo Dilma (11,28%), combate à corrupção (8,41%), PEC 37 (4,88%), partidos (4,75%) e gastos públicos (2,61%).

Por fim, é importante observar que o movimento em curso não tem como alvo preferencial nenhuma cor, ou, se preferir, tem todas as cores do arco-íris político. Ainda de acordo com o *Causa Brasil*, das 14 temáticas políticas mais mencionadas pelo menos seis criticavam nominalmente políticos e governos das três maiores legendas do país: PT, PMDB e PSDB. A explicação mais provável para este fenômeno é que a autonomia do sujeito é a matriz de intervenção e de vivência da maior parte daqueles que tomam as ruas para protestar algo que nada tem a ver com esquerda nem direita. Isto explica porque os políticos que tentaram surfar as ondas das manifestações morreram antes mesmo de avistar a praia.

4. Comunicação em rede e mudanças sociais

As manifestações brasileiras podem ser interpretadas como um conjunto de revoltas populares, espontâneas, pacíficas e urbanas. Os protagonistas são, sobretudo, jovens licenciados da classe média e tecnologicamente esclarecidos. Ao longo da última década, diferentes pesquisas têm demonstrado a relação direta entre idade, educação superior e uso da internet⁴². A juventude elegeu as TICs, principalmente a internet, como braço midiático dos protestos por serem os meios adotados, diariamente, para se entreter, trabalhar, cultivar laços de amizade, namorar, pesquisar, estudar etc. De acordo com dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil⁴³, divulgada em 2012, o país tem atualmente 80,9 milhões de usuários de

⁴² Ver mais em World Internet Project: <<http://worldinternetproject.net/#news>>.

⁴³ Comitê Gestor da Internet no Brasil. *TIC Domicílios 2012*. Disponível em <www.cetic.br/usuarios/tic/2012/a-presentacao-tic-domicilios-2012.pdf>. Os dados são de junho de 2013.

internet, o que representa uma penetração de 49% da população. Os dados de acesso, preferências e utilização da internet ajudam a explicar algumas questões sobre o movimento em curso e a sua maneira de atuação.

Primeiro: o abastecimento das redes da internet, em tempo real, com informações produzidas no calor das manifestações por cidadãos e grupos ativistas. Este é o caso de coletivos como o Mídia Ninja, que chegou a picos diários de 150 mil pessoas a assistir aos protestos transmitidos com celular e conexão 3G. Mas também explica a criação de espaços duradouros para debater e organizar os atos, como as assembleias populares virtuais⁴⁴ e agendas auto-editáveis no Wikidot.

Segundo: apesar do interesse por temáticas políticas não ser predominante na internet, em momentos fulcrais da vida social ele tende a destacar-se. No caso do movimento em curso, as menções sobre as manifestações superaram a Copa das Confederações, que aconteceu no mesmo período. De acordo com a empresa Scup⁴⁵, o país do futebol fez mais de dois milhões de citações sobre os protestos, entre 13 e 21 de junho, no Facebook, Twitter, YouTube e Google+. Já a Copa das Confederações teve apenas 214 mil citações, reafirmando o clamor popular: “da Copa eu abro mão. Eu quero mais dinheiro para saúde e educação”.

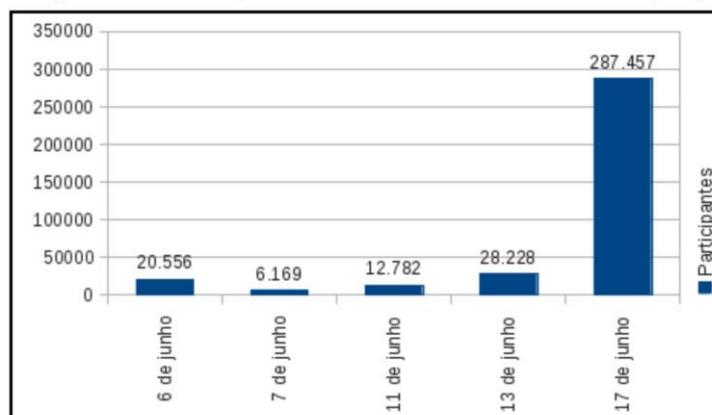
Terceiro: um fenômeno inverso pode ser detectado entre o espaço de fluxos e o espaço de lugares. O Ibope⁴⁶ revelou que 62% das pessoas que foram às manifestações tomaram conhecimento prévio das convocações no Facebook. A Figura 3 mostra o crescimento exponencial das adesões aos eventos online que convocaram os atos da cidade de São Paulo. A taxa de engajamento também é elevada. Das pessoas que se informaram sobre os protestos pelas redes sociais, pelo menos 75% delas mobilizaram outras pessoas pela internet. De acordo com dados da Scup, as postagens de brasileiros sobre as manifestações atingiram pelo menos 136 milhões de contas nas redes sociais online.

⁴⁴ Um exemplo é a Assembleia Popular Horizontal: <www.facebook.com/AssembleiaPopularBH>.

⁴⁵ Jornal Estadão. *Na internet, atos mobilizam 136 milhões*. [22 de junho de 2013]. Disponível em <<http://blogs.estadao.com.br/link/na-internet-atos-mobilizam-136-milhoes/>>.

⁴⁶ Ibope. Disponível em <www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-n%C3%A3o-se-sente-m-representados-por-partidos.aspx>.

Figura 3 - Participantes nos eventos do Facebook (SP)



Fonte: #Interagentes, In: Pimentel e Silveira (2013: Online)

As redes da internet funcionam como “um espaço de construção do dissenso coletivo” (Di Fátima, 2013, p. 13), mas também fazem o passa palavra necessário para quebrar o receio e induzir a confiança, principalmente quando a TV e o rádio não fazem o seu papel de relatar o que sucede segundo critérios jornalísticos. Apesar de 47% dos internautas brasileiros das zonas urbanas preferirem as redes sociais como fonte de notícia⁴⁷, as mídias tradicionais ainda ocupam um espaço privilegiado no cardápio noticioso, mas agora com poder compartilhado (Houtart, 2007), sobretudo quando há equívocos na cobertura jornalística diante da insatisfação. Quando parte da imprensa tentou associar os protestos a atos de violência, centenas de relatos⁴⁸ surgiram na internet de que policiais disfarçados teriam iniciado os tumultos. As denúncias também pautaram as mídias tradicionais.

Na sociedade em rede, caracterizada pela abundância de informação, a percepção da injustiça está mais presente do que em outros momentos históricos. Cardoso (1998, p. 27) explica que “a necessidade humana pela socialização é pelo menos tão forte quanto a sua necessidade de informação, pelo que muitas vezes as duas são simultaneamente satisfeitas através da associação entre indivíduos”, seja em espaços físicos, seja em espaços virtuais. Nesse sentido, o poder da internet, enquanto tecnologia social (Sproull e Keisler, 1992), potencializa a formação de grupos de afinidade dispostos a lutar por uma causa.

A Figura 4 mostra a correlação entre o acesso à banda larga e a incidência de manifestações no Brasil. O resultado é que regiões fortemente conectadas registraram um

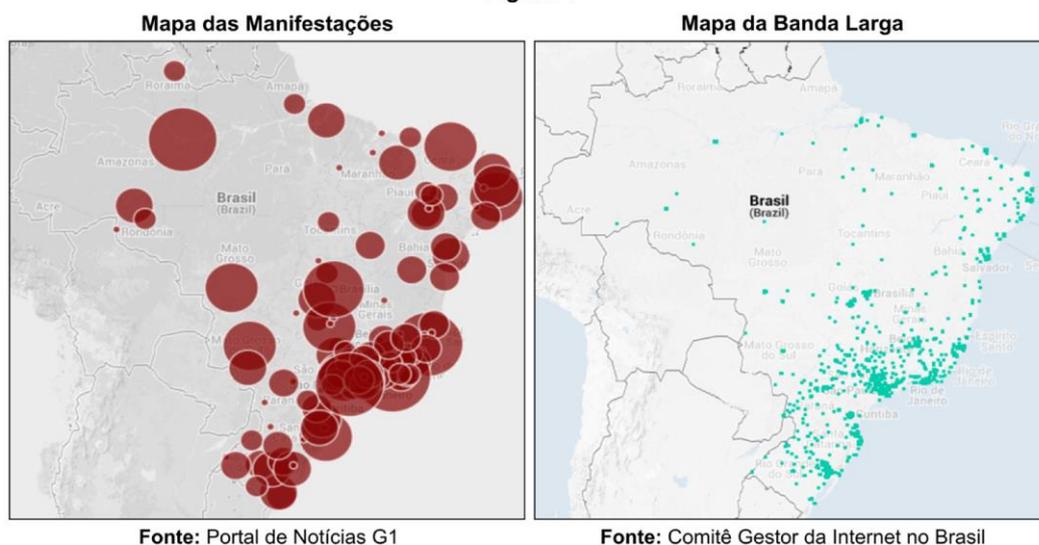
⁴⁷ Instituto Reuters. *Digital News Report 2013*. Disponível em <<https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/about/news/item/article/french-and-germans-shun-online-news.html>>.

⁴⁸ Dois vídeos no YouTube, intitulados *Flagrante: policiais infiltrados são confundidos com manifestantes pela PMERJ*: <www.youtube.com/watch?v=Bn1zpTvaWlQ> e *P2 infiltrados nas manifestações são suspeitos de terem jogado coquetel molotov*: <www.youtube.com/watch?v=0vEnToPyex8>, receberam milhares de visualizações e compartilhamentos.

maior número de protestos⁴⁹ do que áreas com baixa penetração da internet de alta velocidade. Dessa forma, o Sudeste, com a maior população de internautas do país, teve 165 manifestações, seguido pelo Sul com 95, Nordeste com 86, Centro-Oeste e Distrito Federal com 47. O Norte, com o acesso mais baixo à banda larga, registrou 45 protestos.

É importante destacar que a relação apresentada na Figura 4, entre *acesso* e *número de protestos*, não está condicionada pelo discurso equivocado de que territórios mais populosos teriam mais probabilidade de realizar manifestações. A insatisfação em rede não se mede apenas pelos números de potenciais participantes. Caso isto fosse verdade, a região Nordeste estaria em larga vantagem em relação ao Sul do Brasil. Um exemplo é que o pequeno Estado de Santa Catarina, que ocupa o 11º lugar no ranking nacional de habitantes, registrou 33 protestos. Já o Estado da Bahia, na 4ª posição, realizou 30 manifestações e o Estado de Pernambuco, mesmo estando no 7º lugar do ranking nacional, promoveu apenas 13 protestos. A hipótese mais credível é que encontrar uma infraestrutura de informação e comunicação relativamente robusta potencializa o sentimento que transpõe as barreiras que separam os níveis da trilogia da mudança social em rede: medo, indignação e esperança.

Figura 4



A internet *per se* não atiza a insatisfação ou gera a revolta, mas a sua utilização pode criar locais de encontro onde atores sociais, dispersos nas malhas do ciberespaço, cultivam redes de atuação política. Mas a primeira transformação tem que acontecer dentro da mente

⁴⁹ Dados da Confederação Nacional de Municípios para os protestos entre os dias 16 a 22 de junho. Disponível em <www.cnm.org.br/images/stories/Links/21062013_manifestacoes_por_Estado.pdf>.

dos cidadãos, já que “a forma como pensamos determina o destino das instituições, normas e valores que estruturam a sociedade” (Castells, 2012, p. 23). Duas perguntas inevitáveis emergem dessa constatação. Como os governos respondem à mudança, principalmente quando ela significa milhões de cidadãos a contestar a sua forma de representação? E, o que os governos perdem com as suas reações? Obviamente, as respostas serão diferentes para regimes democráticos, autoritários e demo-autoritários. Em comum esses modelos de Estado têm uma incrível incapacidade de se comunicar e de utilizar os códigos de redes.

No caso brasileiro, os governos viram a sua aprovação descer bruscamente nas pesquisas, isto a menos de um ano das Eleições 2014, sobretudo quando respaldaram ou ignoraram a truculência policial. Apesar de Dilma Rousseff enfatizar⁵⁰, no dia 18 de junho, que “o Brasil acordou mais forte” pela “grandeza das manifestações” e condenar o que chamou de “atos minoritários e isolados de violência”, ela acabou por destacar o “correto tratamento dado pela segurança pública à livre manifestação popular”. Assim como em outros Estados da federação, a resposta da administração de São Paulo foi entendida como uma tentativa de legitimar a violência institucional. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) disse⁵¹ que as manifestações eram “uma atitude totalmente absurda e a polícia tem que agir”. Já o prefeito Fernando Haddad (PT) reafirmou⁵² que “estamos procurando agir de forma conjunta, tanto a guarda civil quanto a PM para coibir esses excessos na depredação do patrimônio público e a intimidação da população”.

Em três semanas o Governo Dilma caiu de 57% para 30% de aprovação. O governador Geraldo Alckmin caiu 14% e o prefeito Fernando Haddad, 16%. Pesquisa Ibope⁵³ realizada entre 9 e 12 de julho avaliou a confiança dos eleitores nos seus governantes e os resultados foram desastrosos na maioria dos Estados inquiridos. A taxa mais baixa está no Rio de Janeiro (25%), seguido por Goiás (29%), Bahia (41%), Paraná (44%), Santa Catarina (45%), Espírito Santo (46%), Rio Grande do Sul (46%), Minas Gerais (49%) e Ceará (54%).

⁵⁰ Pronunciamento oficial da presidente Dilma Rousseff: <www.youtube.com/watch?v=U77AYM4hBEc>.

⁵¹ Jornal Estadão. *Em 2º dia de protestos, Marginal é bloqueada*. [7 de junho de 2013]. Disponível em <www.estadao.com.br/noticias/cidades,em-2-dia-de-protestos-marginal-e-bloqueada-paulista-tem-faixas-interditadas-e-estacao-do-metro-fecha-as-portas,1040071,0.htm>.

⁵² Portal G1. *'Não vou dialogar em situação de violência', diz Haddad após protesto*. [12 de junho de 2013]. Disponível em <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/nao-vou-dialogar-em-situacao-de-violencia-diz-haddad-apos-protesto.html>>.

⁵³ Portal G1. *Veja as avaliações de 11 governos estaduais, segundo pesquisa Ibope*. [25 de julho de 2013]. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/07/veja-avaliacoes-de-11-governos-estaduais-segundo-pesquisa-ibope.html>>.

Responder à insatisfação popular com repressão física é a escolha mais fácil e também a mais catastrófica para os governos democráticos, já que os movimentos sociais em rede tendem a crescer quando sentem a injustiça, mesmo que praticada contra outros. A vigilância sistemática é uma saída igualmente desastrosa. O Palácio do Planalto adotou ferramentas para observar as redes de revoltas. A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) montou uma equipe para monitorar as atividades no Facebook, Twitter, Instagram e até mesmo no WhatsApp, um aplicativo de mensagens para *smartphones*. O Mosaico, software utilizado pela Abin, passou a recolher dados de 700 temas relacionados às manifestações com o objetivo de tentar prever quando e como se formarão os próximos atos. É dessa incapacidade comunicativa dos governos que advém a dificuldade de encontrar interlocutores legítimos num movimento sem figuras centrais de liderança, o que não quer dizer que não existam centenas, talvez milhares, de líderes de redes dispostos a dialogar.

O Palácio do Planalto realizou, na primeira semana de julho, reuniões com os movimentos sociais. Em volta da mesa de negociações estavam representantes tradicionais de centrais sindicais, movimentos rurais, indígenas etc. Esses grupos setoriais, apesar de apresentarem pautas significativas, não são interlocutores legítimos do movimento em curso. Uma constatação dessa fragilidade é o fracasso do Dia Nacional de Lutas, convocado por nove centrais sindicais, pela UNE, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra etc. Aproximadamente cem mil⁵⁴ pessoas marcharam, no dia 11 de julho, pelas mesmas ruas que foram ocupadas, semanas antes, por mais de dois milhões de manifestantes.

A incapacidade de encontrar interlocutores legítimos e a baixa adesão popular ao Dia Nacional de Lutas deixa duas lições. A primeira de que as pessoas não se sentem representadas por antigas palavras de ordem e nos palanques das centrais sindicais, partidos e afins. A segunda de que os movimentos sociais em rede não cabem na moldura política dos gabinetes, nem podem ser domesticados pelas reuniões de consenso. A sua estrutura descentralizada, autônoma e horizontal rechaça o modelo de poder pelo poder, no qual as respostas dos governos são lentas e burocratizadas.

5. Basta saber para onde se quer ir?

⁵⁴ Sindicato dos Bancários. Disponível em <www.bancariosdepatos.org.br/content/dia-nacional-de-lutas-reune-100-mil-pessoas-em-todo-o-pais>.

Como vimos ao longo desse artigo, as manifestações de junho de 2013, no Brasil, permitem-nos desenvolver um conjunto de hipóteses interpretativas que integram características de um fenômeno nacional numa tendência internacional de protestos no contexto da sociedade em rede (Castells, 2012). Tal como se demonstra no caso brasileiro, na realidade não estamos perante pequenos incidentes que, por alguma sorte e confluência de acontecimentos, tomam uma dimensão que extravasa o local. É o sentimento claro de injustiça que está na origem dos protestos. Pode parecer à primeira vista que não o é, pois tentamos dar sentido à diversidade contida nos protestos e é mais fácil, mas menos exato, assumir que se parte do pequeno para o grande protesto.

Aquilo a que assistimos nas avenidas do Brasil resulta do somatório de múltiplas vozes que tomam o espaço público da cidade - mas já antes estavam presentes nas conversas de café ou em família. O que parece suceder é que o elemento mobilizador é normalmente percebido como pequeno, mas é pequeno apenas porque na realidade é a gota de água que faz transbordar o copo do descontentamento. Quando muitas gotas de água se juntam altera-se a percepção individual, a injustiça passa a ser sentida e partilhada em conjunto e o resultado é que os indivíduos tomam consciência de que estão a fazer parte de um movimento. Então, o que junta as pessoas? Primeiro, um pequeno grupo de cidadãos altamente mobilizados perante uma causa e depois o mimetismo da ação. Um mimetismo associado à cobertura do evento pelos meios de comunicação de massa que possibilitam que surjam na mente de muitos as perguntas: “e se eu me juntasse a eles? Não será já hora de sermos ouvidos?”.

Quando a TV e o Rádio não fazem o seu papel, ou são percebidos como controlados pelo poder, são as redes sociais, via Twitter e Facebook, que fazem o passa palavra necessário para quebrar o receio e induzir a confiança baseada no número - “nós já aqui estamos, vem ter conosco à praça!”. Não há nada de surpreendente em as pessoas quererem mais justiça e dizerem publicamente na rua aquilo que vêm dizendo em maioria absoluta nos inquéritos de opinião. Desde há uma década que, em países em desenvolvimento ou desenvolvidos, os inquéritos mostram que a desconfiança nos partidos e nos políticos é galopante. Algo que está anunciado globalmente há mais de uma década não constitui uma novidade, mas as instituições e os atores políticos têm preferido manter-se em negação acreditando que o descontentamento passa - um erro crasso.

Será que os governos reagem mal perante os protestos? Não podemos generalizar, mas é verdade que todos se sentem mal com a crítica e o desafio ao seu poder. É também verdade

que quase todos acabam por colocar a polícia na rua. Mas também é verdade que as polícias não reagem sempre do mesmo modo e se há confronto e provocação em muitas situações, também há respeito mútuo e distância pacífica em muitas outras – aliás, o confronto desencadeado por poucos é a exceção que confirma a regra pacífica dos movimentos. Provavelmente, o principal problema dos governos é a incapacidade comunicativa. A prática parece demonstrar que os governos não sabem nem comunicar nas redes sociais nem comunicar em rede – a subjetividade (isto é, o olhar sobre a realidade) dos governos está moldada pela comunicação de massa. É muito difícil para qualquer governo assumir que governa mas perdeu a capacidade de falar com muitos dos seus cidadãos, porque deixou de conseguir pensar como eles. A maioria dos governos contemporâneos ainda não compreendeu que vive na Era em que “A mensagem são as pessoas” e já não naquela em que “A mensagem são as políticas”.

E o que dizer quanto à pretensa, ou real, inexistência de líderes nem cadeias de comando nos protestos? Quem olha para os protestos a partir do olhar das lutas de classe ou da oposição de interesses entre sindicatos e associações patronais vê protestos sem líderes e sem cadeias de comando. Logo, ou os descarta como protestos sem interesse ou, quando se vê empurrado para ter de lidar com eles, busca caras e nomes na tentativa de recuperar o modelo que lhe dá segurança por ser aquele com que sabe lidar. Essa lógica não é apenas aquela em que está imbuído o poder político, é também a do jornalismo tradicional na sua busca de rostos e pertencças ideológicas. Quem está na rua não representa ninguém exceto a si próprio – que é o belo ideal de pensamento e ação na base da democracia.

A quem está nos gabinetes das prefeituras, dos governos estaduais, das câmaras municipais ou nos governos nacionais ou federais cabe olhar para os que se representam a si próprios nas praças e saber ouvir. É claro que o problema reside no fato de nesses gabinetes raras vezes se compreender a sociedade em rede, o seu funcionamento e que a autonomia do sujeito é a matriz de intervenção e de vivência da maior parte daqueles que tomam as ruas para protestar – e, atenção, não se tem de ter um celular com ligação à internet para o fazer e pensar diferente.

Há também que questionar a ideia feita de que no “movimento” não há com quem negociar nem quem encarcerar nesses protestos. Há de certeza quem encarcerar, como se nota pelas imagens e descrições com que somos brindados a partir do teatro da ação nas ruas e pelas múltiplas imagens difundidas no YouTube. Já quanto a não haver com quem negociar,

essa é a pergunta errada, pois o que se deveria perguntar é o que é negociar na sociedade em rede? Se entendermos a negociação como pessoas que se sentam à mesa para expor reivindicações e tentar atingir um ponto de entendimento, temos de assumir que os movimentos de protesto são na sua estrutura o oposto desse modelo.

Há de fato plataformas organizadas que podem negociar questões claramente identificadas, sejam elas o travar a destruição de um parque na Turquia ou o aumento do preço dos transportes no Brasil. Mas essa é apenas uma das partes do movimento e sempre minoritária. Sendo essa uma das características deste movimento, negociar implica também os poderes interpretarem as queixas dos milhões que autonomamente se representam a si mesmos, implica compreender que o poder tem de agir tal como quando usamos um motor de busca na internet. Perante uma questão posta na rua, cabe ao poder político, no quadro das democracias representativas, encontrar a resposta certa para essa questão. Ou seja, o poder político tem de interpretar, dar sentido ao que ouve e vê e apresentar possíveis listagens de resposta – entre essas possíveis respostas estarão as que servem às diferentes questões colocadas e à vontade das pessoas que as fizeram.

Na sociedade em rede não são só as sondagens que são permanentes no escrutínio das opiniões dos cidadãos sobre o que pensam sobre dado assunto e dado ator político. São também os protestos e as reivindicações que são permanentes e que necessitam de ser pensadas e trabalhadas por parte do poder do mesmo modo que permanentemente estão a inquirir a opinião pública – a comunicação é em rede, já não flui num só sentido. Sabemos que no contexto de abundância de informação e comunicação, a noção de injustiça está muito mais latente e é partilhada por muitos mais – mesmo que não seja experimentada na primeira pessoa, há a percepção de solidariedade face a algo que é percebido como errado. Sabemos também que há sempre sinais fracos que antecedem os eventos e, em todas as situações até agora vividas, os mesmos foram perceptíveis para muitos dos que estudam “movimentos”, só que políticos e governantes decidiram desvalorizar a probabilidade de os mesmos ocorrerem.

Quando hoje estudamos o “movimento”, ou se preferirmos os movimentos sociais e culturais, sabemos que mal um sinal fraco de protesto é visível, deve ser percebido como potencialmente mobilizador. Sabemos que a probabilidade de se transformar em protesto efetivo é hoje muito maior. É uma forma diferente de lidar com a antecipação, mas também ela é produto da nossa sociedade em mudança. No entanto, é verdade que os governos lidam mal

com a leitura de sinais fracos, preferem quase sempre acreditar mais que estão certos do que assumir que podem estar errados e dar o benefício da dúvida aos cidadãos.

Quanto ao prognóstico sobre para onde nos levam os protestos, a prática diz-nos que há vários padrões. Nos regimes democráticos, os partidos dos governos perdem sempre algo – esse algo vai da queda em sondagens à perda de eleições, dependendo da confluência do momento do protesto com o ciclo eleitoral. As oposições tendem sempre a ganhar menos do que o que é perdido por quem está no poder e, por sua vez, muitos cidadãos retiram-se da participação eleitoral para a busca individual de soluções em rede com outros que partilham o mesmo problema ou visão – ou então colocam-se à espera de que a mudança se torne mais visível no seio da política tradicional e que nos aproximemos de uma democracia mais próxima do nosso tempo. Nos regimes não democráticos ou demo-autoritários o resultado é o desgaste lento até à implosão violenta (ou não) e a chegada de novos atores governativos – mas sem a certeza de mudança radical do que se buscava no protesto.

No cômputo geral, para os cidadãos há sempre um ganho, algo muda, algo é atendido. Mesmo que no processo algo que se dava por adquirido seja colocado em causa, percebe-se que o ator individual pode ter autonomia, que pode influenciar o rumo e essa é uma dimensão eminentemente gratificante para o ser humano - uma vez experimentado o poder de contar para algo, o ser capaz de influenciar a prática passa também a moldar a nossa identidade.

Os protestos ocorridos no Brasil demonstram que a relação entre estabilidade e prosperidade não é causal. Ou seja, não se trata de quanto mais prosperidade mais reivindicação e, conseqüentemente, como os poderes não podem responder tão rápido quanto o desejado, daí resultar incompreensão entre eleitores e eleitos, o que, por sua vez, provoca protestos e quebras de estabilidade. A relação é muito menos causal e muito mais assente na generalização de um menor grau de tolerância dos indivíduos face quer às assimetrias de poderes, que limitam a autonomia individual, quer quanto à desigualdade de rendimentos que alimenta as injustiças. O que se passa, mas que escapa a muitos que não estejam direta ou indiretamente envolvidos na ação de rua ou empatia com os movimentos a partir de casa, é que aqueles que estão em protesto estão efetivamente em ruptura com as normas e instituições que temos. Da Turquia ao Brasil (e outros), os protestos e o descontentamento parecem estar a querer transmitir – a quem souber ouvir – que o mundo muda quando as pessoas querem que ele mude. Ou seja, que a autonomia individual conduz à busca de autonomia social.

O que o “movimento” parece repetir por todos os países onde surge é que as pessoas sabem o que está mal, querem é que as medidas e os programas de governo para lidar com os problemas surjam, se ainda não existirem há que experimentar. No fundo, há que experimentar novas abordagens à relação institucional entre cidadãos e as suas instituições de governo, na busca de resposta ao eterno problema filosófico posto pelo escritor Lewis Carroll⁵⁵ quando Alice questiona ao Gato: “o senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho devo tomar para sair daqui?” E o felino responde: “isso depende muito para onde você quer ir”.

Referências bibliográficas

ALONSO, Ângela (2009), As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate, *Lua Nova*, (76), pp. 49-86.

BECK, Ulrich (2000), A reinvenção da política: Rumo a uma teoria da modernidade reflexiva, In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony e LASH, Scott (Orgs.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética no mundo moderno*, Oeiras: Celta Editora, pp. 1-51.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1974.

CARDOSO, Gustavo. A falência do interesse próprio e o poder da pertença. In: CARAÇA, João; CARDOSO, Gustavo e CASTELLS, Manuel (Orgs.). *Aftermath – As culturas económicas da crise em debate*. Lisboa: Mundo Social, 2012, pp. 47-68.

_____. Mudança social em rede. In: Centro Ruth Cardoso (Org.). *Políticas sociais: ideias e práticas* (Online). São Paulo: Moderna LTDA, 2011, pp. 219-258. Disponível em: [www.centroruthcardoso.org.br/anx/Políticas Sociais Final.pdf](http://www.centroruthcardoso.org.br/anx/Políticas_Sociais_Final.pdf).

_____; LAMY Cláudia. Redes sociais: comunicação e mudança. *Janus.net - e-journal of International Relations*, (Online), 1 (2), 2011, pp. 73-96. Disponível em: http://observare.ual.pt/janus.net/images/stories/PDF/vol2_n1/pt/pt_vol2_n1_art6.pdf.

_____. *A mídia na sociedade em rede*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____; Pedro Pereira Neto. O movimento por Timor: mass media e protestos online. *Novas formas de mobilização popular*. Lisboa: Campo das Letras, 2003, pp. 105-121.

_____. *Para uma sociologia do ciberespaço*. Oeiras: Celta Editora, 1998.

CASTELLS, Manuel. Dilma é a primeira líder mundial a ouvir as ruas. Entrevista à jornalista Daniela Mendes, *Revista IstoÉ*, [28/06/2013], (Online), 2013. Disponível em: www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/311021_DILMA+E+A+PRIMEIRA+LIDER+MUNDIAL+A+OUVIR+A+S+RUAS+>.

⁵⁵ Extrato do livro *Alice no país das maravilhas* (2006, Online), In: Project Gutenberg EBook. Disponível em www.gutenberg.org/files/19033/19033-h/19033-h.htm.

____; CARAÇA, João e CARDOSO, Gustavo. As culturas da crise econômica. In: CASTELLS, Manuel; CARAÇA, João e CARDOSO, Gustavo (Orgs.). *Rescaldo e mudanças: as culturas da crise econômica*. Lisboa: Esfera do caos, 2012, pp. 19-32.

____. *Redes de indignación y esperanza – Los movimientos sociales en la era de internet*. Madri: Alianza Editorial, 2012.

____. La wikirrevolución del jazmín”, *La Vanguardia*, [29/01/2011], (Online). Disponível em <www.lavanguardia.com/opinion/articulos/20110129/54107291983/la-wikirrevolucion-del-jazmin.html>.

____. Programa Roda Viva, em *Roda Viva da TV Cultura* [5/07/1999], (Online). Disponível em: <www.rodaviva.fapesp.br/materia/141/entrevistados/manuel_castells_1999.htm>.

____. Communication, power and counter-power in the network society. *International Journal of Communication*, 1, 2007a, pp. 238-266.

____. O poder da identidade. *A era da informação: Economia, sociedade e cultura*, 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007b.

____. A sociedade em rede. In: CARDOSO, Gustavo *et al*, *A sociedade em rede em Portugal*. Porto: Campo das Letras, 2005, pp. 19-29.

____. A internet e a sociedade em rede. In: BARREIROS, José Jorge; CARDOSO, Gustavo e OLIVEIRA, José Manuel Paquete de (Orgs.). *Comunicação, cultura e tecnologias da informação*. Lisboa: Quimera, 2004, pp. 205-225.

____. A sociedade em rede. *A era da informação: Economia, sociedade e cultura*, 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

CASTORIADIS, Cornelius. *The rising tide of insignificance: The big sleep*. Traduzido do francês e editado anonimamente em Not Bored, (Online), 2010. Disponível em: <www.notbored.org/RTI.pdf>.

COSTANZA-CHOCK, Sasha. *Analytical note: Horizontal communication and social movements*. In: Massachusetts Institute of Technology, (Online), 2006. Disponível em: <<http://web.mit.edu/schock/www/docs/horizontal%20communication%20and%20social%20movements.pdf>>.

DI FÁTIMA, Branco (2013). Revolução de Jasmim: A comunicação em rede nos levantes populares da Tunísia. *Revista Temática* (Online), 1, 2006. Disponível em: <www.insite.pro.br/2013/Janeiro/revolucaodejasmim_rede_tunisia.pdf>.

FREELON, Deen *et al*. Opening closed regimes: What was the role of social media during the Arab Spring? *The project on Information Technology and Political Islam*, (Online), 2011. Disponível em: <<http://pitpi.org/index.php/2011/09/11/opening-closed-regimes-what-was-the-role-of-social-media-during-the-arab-spring/>>.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora, 1992.

____. *A construção da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. *Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

HOUTART, François. *Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico*. Red de Bibliotecas Virtuales de Ciencias Sociales de América Latina y el Caribe, (Online), 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/>>.

MACHADO, Jorge Alberto S. Ativismo em rede e conexões identitárias: Novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, (18), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2007, pp. 248-285.

MALINI, Fábio. *O que pode ser o #ProtestoBR?*. (Online). Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic). Vitória: UFES, 2013a. Disponível em: <www.labic.net/cartografia-das-controversias/o-que-pode-ser-o-protestobr-post1/>.

_____. *A Batalha do Vinagre: por que o #protestoSP não teve uma, mas muitas hashtags*, (Online), Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic). Vitória: UFES, 2013b. Disponível em: <www.labic.net/cartografia-das-controversias/a-batalha-do-vinagre-por-que-o-protestosp-nao-teve-uma-mas-muitas-hashtags>.

PIMENTEL, Tiago; SILVERIA, Sérgio Amadeus da. *Cartografia de espaços híbridos: as manifestações em junho de 2013*, (Online), #Interagentes, 2013. Disponível em: <<http://interagentes.net/2013/07/11/cartografia-de-espacos-hibridos-as-manifestacoes-de-junho-de-2013/>>.

REYES, Alejandro . Mídia Revolucionária: a mídia alternativa no movimento zapatista. *RUA – Revista Universitário do Audiovisual*, (Online), 2009. Disponível em: <www.rua.ufscar.br/site/?p=2538>.

SANCHO, Guiomar Rovira. *El teclado del subcomandante Marcos*. Humboldt Redaktion do Goethe-Institut, (Online), 2012. Disponível em: <www.goethe.de/wis/bib/prj/hmb/the/157/es9537662.htm>.

SILVA, Marcos Fernandes da. The political economy of corruption in Brazil. *Revista Administração Empresarial*, (Online), Vol. 39, Nº.3, 1999, pp. 26-41. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rae/v39n3/v39n3a04.pdf>.

SILVA, Alessandro. O que vemos nas ruas? *Jornal da Unicamp*, (Online), Nº. 567. Campinas: Unicamp, 2013. Disponível em: <www.unicamp.br/unicamp/ju/567/o-que-vemos-nas-ruas>.

SILVÉRIO, Maria. *BRICS: desigualdades sociais nos países emergentes*. [Observatório das Desigualdades](http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=123), (Online), Lisboa, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), 2012. Disponível em: <<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/index.jsp?page=projects&id=123>>.

SPROULL, Lee; KEISLER, Sara. *Connections: new ways of working in the networked organization*. Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*, 11ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais. *Revista Sociedade e Estado*, 21 (1), (Online), Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a03.pdf>.

_____. *Crítica da modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

_____. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. *Revista Lua Nova*, (17), (Online), São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), 1989. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n17/a02n17.pdf>>.

_____. *O retorno do actor*. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

WIEVIORKA, Michel. *Neuf leçons de sociologie*. Paris : Plurie, 2008.